

A ameaça dos dados pessoais no setor público

A proteção de dados pessoais é um tema central na era digital, especialmente após a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

Alexander Coelho (*)

No entanto, uma série de incidentes de vazamentos em órgãos públicos brasileiros destaca um padrão preocupante de negligência e ineficácia na gestão dessas informações sensíveis.

Este artigo examina os motivos pelos quais o poder público brasileiro falha em proteger adequadamente os dados pessoais dos cidadãos, baseando-se em diversos casos recentes e análises de especialistas. Um dos principais desafios enfrentados pelos órgãos públicos é a infraestrutura tecnológica desatualizada.

A falta de investimentos contínuos em atualização e manutenção de sistemas de segurança resulta em vulnerabilidades que são facilmente exploradas por atacantes cibernéticos. A burocracia estatal, com seus processos lentos e muitas vezes ineficazes, agrava ainda mais essa situação, dificultando a implementação rápida e eficiente de medidas de proteção.

A ausência de uma cultura organizacional voltada para a segurança da informação é outro fator crítico. Muitos servidores públicos não recebem treinamento adequado sobre práticas de segurança cibernética, o que aumenta o risco de incidentes. Sem uma compre-



PIRELLA GÖTTSCHE LOWE

ensão clara da importância da proteção de dados, os funcionários podem negligenciar medidas básicas de segurança, como o uso de senhas fortes e a adoção de autenticação multifator.

Com a adoção crescente de tecnologias como a nuvem, Internet das Coisas (IoT) e dispositivos móveis, a superfície de ataque se ampliou significativamente. Isso torna mais complexo o gerenciamento e a proteção de dados, exigindo soluções de segurança avançadas que muitas vezes estão além das capacidades técnicas e financeiras dos órgãos públicos.

Casos recentes, como o vazamento de dados do Ministério da Saúde que expôs informações de 16 milhões de brasileiros, incluindo o presidente, exemplificam as consequências graves dessas falhas. Além de prejudicar a confiança dos cidadãos,

esses incidentes podem resultar em golpes financeiros direcionados e atrasos na prestação de serviços públicos essenciais, como foi o caso do Instituto Nacional do Câncer (Inca), que teve de suspender sessões de radioterapia devido a um ataque cibernético.

A exposição de milhões de dados de beneficiários do INSS nesta semana é mais um exemplo dessa problemática recorrente. A responsabilização dos gestores e a transparência na comunicação de incidentes são essenciais para melhorar a segurança da informação no setor público. No entanto, muitos órgãos ainda falham em implementar uma gestão eficaz de riscos e uma análise preventiva de vulnerabilidades.

A aplicação de sanções pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a instituições públicas é um

passo positivo, mas a eficácia dessas medidas depende de um compromisso contínuo com a melhoria das práticas de segurança. O tratamento inadequado dos dados pessoais pelo poder público brasileiro é um problema multifacetado que requer uma abordagem abrangente e coordenada para ser resolvido.

Investimentos em tecnologia, capacitação contínua de servidores e uma cultura organizacional robusta de segurança são imperativos para proteger os dados dos cidadãos e garantir a continuidade dos serviços públicos. A conformidade com a LGPD é apenas o começo; é necessário um compromisso genuíno e persistente com a segurança da informação para restaurar a confiança pública e prevenir futuros incidentes.

A recorrência de vazamentos de dados em órgãos públicos levanta a questão: estamos realmente preparados para a era digital? Ou estamos constantemente reagindo a incidentes em vez de preveni-los? A proteção dos dados dos cidadãos deve ser uma prioridade estratégica e não apenas uma resposta a crises, exigindo uma mudança radical na abordagem do governo em relação à segurança cibernética.

(*) - É sócio do Godke Advogados, advogado especializado em Direito Digital e Proteção de Dados (<https://godke.law>).

Ordem de Serviço: como a tecnologia otimiza esse recurso do setor industrial?

Gabriel Pavão (*)

“Não é mais novidade que a tecnologia cada vez mais tem apoiado as tarefas operacionais corporativas e gerado mais resultados”

Para se ter ideia, as empresas líderes em maturidade digital no Brasil têm uma taxa de crescimento do EBITA até três vezes maior que as demais empresas, como revelou uma pesquisa realizada pela McKinsey.

E, nos últimos anos, uma frente principal foi alvo da transformação digital nas organizações: a automação, segundo afirmaram 93% dos executivos C-Level ouvidos por um levantamento da PwC. Esses investimentos estratégicos na adoção de tecnologia não são à toa. A automação otimiza os processos operacionais, aprimora a eficiência e ainda reduz tempo e custos nas mais diferentes áreas, do RH ao comercial.

Para o setor industrial, além dessas áreas, a digitalização agora também desempenha um papel essencial na gestão eficiente da manutenção, principalmente em um ponto-chave desse processo: a emissão de Ordens de Serviço (OS). Como um documento detalhado que garante que todas as tarefas de manutenção sejam documentadas, rastreadas e concluídas de forma clara e eficaz, a OS é fundamental para evitar atrasos e erros, além de promover uma operação eficiente.

A importância estratégica das OS na gestão da manutenção - No processo de gestão da manutenção, a OS não é apenas uma formalidade burocrática, mas sim uma ferramenta estratégica. O documento serve como um registro formal de cada tarefa de manutenção, o que permite que os gerentes acompanhem o progresso, identifiquem gargalos e tomem decisões informadas para a melhoria contínua dos processos.

Isso não só otimiza a alocação de recursos, mas

também contribui significativamente para a excelência das operações. No entanto, a emissão e a gestão eficaz das OS podem ser um desafio sem os recursos adequados. É aí que a tecnologia entra como uma poderosa aliada. A automação do processo de criação, atribuição e acompanhamento das OS resulta em economia de tempo, redução de erros e aumento da eficiência operacional. Um estudo da McKinsey mostrou que empresas que adotaram a automação de processos aumentaram a sua produtividade em até 30%.

Já em um estudo da Deloitte, que ouviu 400 pessoas, 60% relataram que a automação elevou a produtividade dos negócios.

Além disso, a digitalização das OS reduz drasticamente o uso de papel e os custos associados ao armazenamento físico, contribuindo para uma agenda ESG proativa, algo cada vez mais relevante no cenário atual, visto que 61% dos consumidores brasileiros passaram a observar os valores praticados pelas empresas das quais pretendem comprar, segundo dados da pesquisa EY Future Consumer Index. A Bloomberg ainda estima que a agenda ESG deve atrair US\$ 53 trilhões em investimentos até 2025.

Uma coisa é certa: o futuro da gestão de Ordens de Serviço será marcado por ainda mais automação e integração com outras tecnologias emergentes, como a Internet das Coisas (IoT) e a Inteligência Artificial (IA). Com suas inúmeras vantagens, os recursos tecnológicos potencializam uma gestão mais eficiente, sustentável e segura e, portanto, são essenciais para que as indústrias se mantenham competitivas no mercado.

Com isso, as empresas não apenas otimizam seus processos internos, mas também contribuem para um futuro mais sustentável e inovador.

(*) - É Co-founder e Head of Partnerships da Fractal Brasil, startup que revoluciona a manutenção e a gestão de ativos com tecnologia de ponta (<https://www.fractal.com/pt-br/>).

Campus Party vai debater regulamentação da IA

Na próxima semana, a capital paulista receberá mais uma edição do maior festival de tecnologia, criatividade e inovação do mundo, a Campus Party Brasil. O evento, que reúne grandes nomes e muitas discussões sobre ciência, tecnologia, astronomia, entretenimento digital e empreendedorismo, será realizado entre os dias 9 e 14 de julho no Expo Center Norte, em São Paulo. O evento também terá exposição de games, Arena de Robôs, competição gastronômica, concurso de cosplay, simuladores e jogos eletrônicos.

A novidade da edição deste ano é a realização do 1º Fórum do Marco Regulatório da Inteligência Artificial (IA), que pretende levantar discus-

sões e ajudar a estabelecer um marco regulatório sobre o tema, assim como foi feito com o Marco Civil da Internet. Ao longo de três anos, os fóruns deverão reunir especialistas para discutir sobre segurança de dados, ética e impactos sociais e econômicos sobre o uso de IA no Brasil.

Além de painéis, mesas de debate, palestras e apresentações de pesquisas sobre o tema, o Fórum vai promover uma consulta pública, procurando promover um debate aberto e participativo sobre políticas públicas voltadas à IA. “É preciso que o Brasil tenha uma lei própria. Não adianta, como o Senado está se propondo em alguns textos, fazer uma cópia similar da lei europeia, que

é uma lei que está muito enraizada nas leis europeias e nem foi aplicada ainda. Ela acabou de ser criada e vai passar por diversas alterações”, destacou Tonico Novaes, CEO da Campus Party.

“A Campus Party é um grande celeiro de talentos. O Brasil tem mais de 65 milhões de jovens e a ideia é buscar, dentro desse público, os grandes talentos que vão se sobressair nas disciplinas de empreendedorismo e STEAM (Science, Technology, Engineering, Arts, Mathematics) - do acrônimo do inglês, ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática”, disse Novaes. Veja a programação em: (<https://brasil.campus-party.org/cpbr16/>).

AS PUBLICAÇÕES LEGAIS NOS JORNAIS SÃO DATADAS E AUTENTICADAS, SEM MARGEM PARA ALTERAÇÃO POSTERIOR DO CONTEÚDO DIVULGADO. AFINAL, O JORNAL É LEGAL.